

# Honorários advocatícios foi o assunto mais demandado no TRT-15 em 2022

28/03/2024

\*Reportagem publicada no *Anuário da Justiça São Paulo 2024*, lançado nesta segunda-feira (18/3). A versão digital é gratuita, acesse pelo site do *Anuário da Justiça* ([clique aqui para ler](#)). A versão impressa está à venda na Livraria ConJur ([clique aqui](#)).

A Justiça do Trabalho está diante do desafio de entender os questionamentos e aplicar teses inovadoras sobre as novas formas de trabalho e de relação de emprego. Enquanto vive essa transição conceitual, continua lidando com as velhas demandas que seguem em marcha batida. Como lembra o presidente do TRT-15, desembargador Samuel Hugo Lima, os processos mais recorrentes no tribunal são temas básicos como o pagamento de horas extras e outras demandas presentes na rescisão do contrato de trabalho além de situações que já deveriam ter sido banidas da sociedade, como as causas referentes ao trabalho em condições análogas à escravidão ou trabalho infantil.

O tribunal condenou a construtora Viasol e a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU) a pagarem indenização por dano moral coletivo no valor de R\$ 200 mil, ao julgar ação coletiva que apurou denúncia de trabalho análogo à escravidão. Ele relatou que a empresa não cumpria com pagamentos, nem garantia direitos relacionados às condições de trabalho e alojamento de seus empregados. Inclusive, chegou a proibir os trabalhadores de voltarem para seus estados de origem. A questão ainda está em recurso no Tribunal Superior do Trabalho.

O tribunal lida ainda com ações impetradas no auge da crise sanitária decorrente da epidemia de covid-19, em 2020. “A pandemia colou o trabalho no centro das muitas demandas relacionadas ao processo de transformação tecnológica”, avalia Lima.

Neste contexto, o TRT-15 contraiu a doença, mesmo com base em precedente assentado, considerou como doença o trabalho em empresa contaminada pelo vírus, com indenização de R\$ 10 mil por sequelas decorrentes da contaminação por materiais pelos gastos comprovados no processo com o tratamento da moléstia. A empresa recorreu contra a decisão ao TST.



Anuário da Justiça São Paulo foi lançado na semana passada

	<p><b>PRESIDENTE</b> <b>BEATRIZ DE LIMA PEREIRA</b></p> <p>Nasceu em 19/7/1957, em São Paulo</p> <p><b>NO TRIBUNAL</b> POSSE: 13/4/2002 APOSENTADORIA: 19/7/2032 ORIGEM: Magistratura ATRIBUIÇÕES: • Órgão Especial</p> <p>• Foi corregedora regional e vice-presidente do Colegiador (2014-2016)</p> <p><b>CARREIRA</b> • Juíza do TRT 2 (1986-2002). Presidiu Juntas de Conciliação e Julgamento em Cubatão e em São Paulo e foi titular da 1ª Vara do Trabalho de Poá.</p> <p><b>ATIVIDADE ACADÊMICA</b> • Bacharel em Direito pela USP (1981)</p> <p><b>CONTATO</b> Endereço: TRT 2, 23º andar ☎ (11) 3150-2017 @ gabres@trt2.jus.br</p>
	<p><b>VICE-PRESIDENTE ADMINISTRATIVA</b> <b>MARIA ELIZABETH MOSTARDO NUNES</b></p> <p>Nasceu em 11/11/1956, em São Paulo</p> <p><b>NO TRIBUNAL</b> POSSE: 2015 APOSENTADORIA: 11/11/2032 ORIGEM: Magistratura ATRIBUIÇÕES: • Órgão Especial</p> <p><b>CARREIRA</b> • Juíza do TRT 2 (1993-2015). Foi a primeira juíza auxiliar da Presidência do TRT 2 (2002-2003). • Secretária do TRT 2 (1977-1993)</p> <p><b>ATIVIDADE ACADÊMICA</b> • Bacharel em Direito; doutoranda em Direito na Universidade Autónoma de Lisboa.</p> <p><b>FATO RELEVANTE</b> • É membro da Comunidade de Juristas de Língua Portuguesa</p> <p><b>CONTATO</b> Endereço: TRT 2, 19º andar ☎ (11) 3150-2257 / ramais 2257 / 2457 / 2557 @ expa@trt2.jus.br</p>
	<p><b>VICE-PRESIDENTE JUDICIAL</b> <b>MARCELO FREIRE GONÇALVES</b></p> <p>Nasceu em 29/12/1955, em São Paulo</p> <p><b>NO TRIBUNAL</b> POSSE: 1998 APOSENTADORIA: 29/12/2030 ORIGEM: Ministério Público do Trabalho ATRIBUIÇÕES: • Órgão Especial • Corregedor regional (2022)</p> <p><b>CARREIRA</b> • Procurador do Trabalho (1985-1998)</p> <p><b>ATIVIDADE ACADÊMICA</b> • Bacharel em Direito pela FMU (1982); mestre (2003) e doutor (2012) em Direito pela PUC-SP • Professor da Unimev (desde 2021); das Faculdades Integradas Rio Branco (2005-2019), da Emesat 2 (2008-2010); e da FMU (1993)</p> <p><b>CONTATO</b> Endereço: TRT 2, 19º andar ☎ (11) 3150-2218 @ vrp@trt2.jus.br</p>
	<p><b>CORREGEDOR REGIONAL</b> <b>EDUARDO DE AZEVEDO SILVA</b></p> <p>Nasceu em 3/8/1957, em Santos (SP)</p> <p><b>NO TRIBUNAL</b> POSSE: 2002 APOSENTADORIA: 3/8/2032 ORIGEM: Magistratura ATRIBUIÇÕES: • Órgão Especial</p> <p><b>CARREIRA</b> • Juiz do TRT 2 (1986-2002). Atuou como juiz convocado em segunda instância (1997-2002). Presidiu Juntas de Conciliação e Julgamento em Santos e em São Caetano do Sul.</p> <p><b>ATIVIDADE ACADÊMICA</b> • Bacharel em Direito pela Unisantos;</p> <p>mestre em Direitos e Garantias Fundamentais pela Unifesp</p> <p><b>CONTATO</b> Endereço: TRT 2, 19º andar ☎ (11) 3150-2030 @ secureg@trt2.jus.br</p>

O gradual retorno à normalidade dos trabalhos com o esmorecimento da crise provocada pela covid-19 teve um impacto negativo na segunda instância. De 2021 para 2022, o volume de processos novos no tribunal cresceu 20%. Mesmo julgando 6% a mais de processos em 2022, os desembargadores não conseguiram impedir que o acervo de processos pendentes crescesse 19%. Já na primeira instância, o acervo diminuiu notáveis 10%, graças a uma menor pressão de demanda e a uma resposta mais produtiva dos juízes. “Juízes e servidores das varas do trabalho solucionaram 14% a mais de conflitos em 2022 em relação ao ano anterior. Fechamos com 192 mil processos pendentes de solução na fase de conhecimento”, relata Lima.

No ranking de assuntos que chegaram ao TRT-15 em 2022 destaca-se as demandas relacionadas a honorários na Justiça do Trabalho com 54.283 registros seguida de perto pelas verbas rescisórias, com 54.204.

No período de pandemia, algumas varas do interior tiveram uma queda tão expressiva de casos, que quase foram encerradas em 2022. A extinção é prevista na Resolução 296/2021 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho para as varas que apresentarem distribuição processual inferior a 50% da média de casos novos do respectivo tribunal nos últimos três anos. No entanto, a seccional paulista da OAB pediu para considerar o fato de que a entrada de novos processos foi prejudicada pelo isolamento. Com isso em mente, foram feitos alguns ajustes. Assim, a Vara do Trabalho de Rancharia, que tinha pouca movimentação processual, foi extinta e criada a 5ª unidade em Jundiá, que tem um dos fóruns mais movimentados do interior.

De acordo com o Relatório Geral da Justiça do Trabalho de 2022, publicado pelo TST, tramitaram pelas varas da 15ª Região naquele ano, 248 mil processos. Deste total, 93 mil (37%) terminaram em conciliação. Dos 133 mil processos (53%) que foram a julgamento de mérito, 106 mil (80%) foram consideradas total ou parcialmente procedentes, ou sejam, em algum ponto foram favoráveis aos trabalhadores. Os padrões levaram a melhor em 27 mil processos (20%). Não chegaram a ser julgados no mérito 22 mil processos (10%).

A fase de execução continua sendo um gargalo intransponível para a 15ª Região, assim como é não só para toda a Justiça do Trabalho como para a Justiça brasileira em geral. Entre novos processos e processos que foram reabertos, tramitaram 93 mil casos de execução nas varas da 15ª Região, mas apenas 65 mil foram encerradas.

O presidente defende que o tribunal, no entanto, sabe agir com criatividade para fazer a roda girar. “Cada um dos 55 desembargadores do TRT-15 julgou, com auxílio de juízes convocados e servidores, mais de 2.400 processos em 2022”, avalia Lima. Ele comemora, ainda, o fato de que de cada 100 processos solucionados em 2022, 37 foram encerrados com acordos entre as partes. “Nos últimos quatro anos atingimos o estabelecido pela meta 3 do Conselho Nacional de Justiça [Meta 3: Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2019/2020, em 1 ponto percentual. Cláusula de barreira: 40%].

A 15ª possui magistrados e servidores extremamente engajados na arte de conciliar, que representa uma das bases estruturantes da Justiça do Trabalho. Por meio do diálogo construtivo, as partes procuram resolver o litígio da forma mais benéfica para ambas, sem necessidade de recorrer a uma solução judicial”, avalia o presidente.

<b>PRESIDENTE</b>		
	<b>BEATRIZ DE LIMA PEREIRA</b> Nasceu em 19/11/1957, em São Paulo <b>NO TRIBUNAL</b> POSSE: 13/02/2002 APOSENTADORIA: 19/12/2032 ORIGEM: Magistratura ATRIBUIÇÕES » Digno Especial	» Foi conselheira regional e vice-presidente do Colegiado (2014-2016) <b>CARRERA</b> » Juiz do TRT 2 (1986-2002). Presidiu Juntas de Conciliação e Julgamento em Cubatão e em São Paulo e foi titular da 1ª Vara do Trabalho de Póá. <b>ATIVIDADE ACADÊMICA</b> » Bacharel em Direito pela USP (1981) <b>CONTATO</b> Endereço: TRT 2, 23º andar ☎ (11) 3150-2017 @gabres@trt2.jus.br
<b>VICE-PRESIDENTE ADMINISTRATIVA</b>		
	<b>MARIA ELIZABETH MOSTARDO NUNES</b> Nasceu em 11/11/1956, em São Paulo <b>NO TRIBUNAL</b> POSSE: 2015 APOSENTADORIA: 11/11/2032 ORIGEM: Magistratura ATRIBUIÇÕES » Digno Especial	<b>CARRERA</b> » Juiz do TRT 2 (1993-2015). Foi a primeira juíza auxiliar da Presidência do TRT 2 (2002-2003). » Servidora do TRT 2 (1977-1993) <b>ATIVIDADE ACADÊMICA</b> » Bacharel em Direito, dualizada em Direito na Universidade Autônoma de Lisboa. <b>FATO RELEVANTE</b> » Membro da Comunidade de Juristas de Língua Portuguesa <b>CONTATO</b> Endereço: TRT 2, 19º andar ☎ (11) 3150-2525 @svsp@trt2.jus.br
<b>VICE-PRESIDENTE JUDICIAL</b>		
	<b>MARCELO FREIRE GONÇALVES</b> Nasceu em 29/12/1955, em São Paulo <b>NO TRIBUNAL</b> POSSE: 1998 APOSENTADORIA: 29/12/2030 ORIGEM: Ministério Público do Trabalho ATRIBUIÇÕES » Digno Especial » Corregedor regional (2022)	<b>CARRERA</b> » Procurador do Trabalho (1985-1998) <b>ATIVIDADE ACADÊMICA</b> » Bacharel em Direito pela FMU (1982); mestre (2002) e doutor (2012) em Direito pela PUC-SP » Professor da Uninove (desde 2021), das Faculdades Integradas Rio-Branco (2005-2019); da Embrat (2008-2010); e da FDU (1993) <b>CONTATO</b> Endereço: TRT 2, 19º andar ☎ (11) 3150-2218 @svp@trt2.jus.br
<b>CORREGEDOR REGIONAL</b>		
	<b>EDUARDO DE AZEVEDO SILVA</b> Nasceu em 31/01/1957, em Santos (SP) <b>NO TRIBUNAL</b> POSSE: 2002 APOSENTADORIA: 31/01/2032 ORIGEM: Magistratura ATRIBUIÇÕES » Digno Especial	<b>CARRERA</b> » Juiz do TRT 2 (1986-2002). Atuou como juiz conciliador em segunda instância (1997-2002). Presidiu Juntas de Conciliação e Julgamento em Santos e em São Caetano do Sul. <b>ATIVIDADE ACADÊMICA</b> » Bacharel em Direito pela Unisantos; mestre em Direitos e Garantias Fundamentais pela Unifesp

## MOVIMENTO PROCESSUAL

	2021	2022
<b>2ª INSTÂNCIA</b>		
Processos recebidos	122.995	148.094
Processos julgados	125.861	133.539
Acervo	51.831	61.847
<b>1ª INSTÂNCIA</b>		
<b>FASE DE CONHECIMENTO</b>		
Processos recebidos	211.546	229.167
Processos julgados	217.427	248.616
Acervo	213.344	192.061
<b>1ª INSTÂNCIA</b>		
<b>FASE DE EXECUÇÃO</b>		
Processos iniciados	82.503	80.871
Processos desarquivados	10.718	12.764
Execuções encerradas	61.812	65.638
Execuções pendentes	230.703	230.703

TST/Relatório Geral da Justiça do Trabalho 2021 e 2022

O tribunal desenvolve diversas atividades para promover a conciliação. Uma delas é um projeto itinerante coordenado pela vice-presidência chamado “Conciliar é Trabalhar de Mãos Dadas”. “Ele leva o Judiciário Trabalhista aos focos geográficos dos conflitos mais recorrentes no âmbito do setor de recurso de revista”, explica Lima. Dividido em duas etapas, o projeto consiste na promoção de encontros estratégicos nas principais cidades do interior paulista para difundir a cultura da conciliação e, posteriormente, na realização de audiências. Segundo o tribunal, o índice de acordo nesses eventos é acima de 50%.

Nesse período, um das ações que o TRT-15 destaca foi solucionada no Cejusc (Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Disputas) de Taubaté. Em março, foi homologado, em uma audiência telepresencial, um acordo firmado entre o Sindicato dos Metalúrgicos Brasil no valor de R\$ 8,8 milhões para 11 trabalhadores que recebem periculosidade e seus reflexos.

Os valores homologados passaram dos R\$ 2,7 bilhões para R\$ 8,8 bilhões, o que garantiu a maior indenização trabalhista que procuraram o Judiciário laboral violado em 2022.

MOVIMENTO PROCESSUAL		
	2021	2022
<b>2ª INSTÂNCIA</b>		
Processos recebidos	122.995	148.094
Processos julgados	125.861	133.539
Acervo	51.831	61.847
<b>1ª INSTÂNCIA FASE DE CONHECIMENTO</b>		
Processos recebidos	211.546	229.167
Processos julgados	217.427	248.616
Acervo	213.344	192.061
<b>1ª INSTÂNCIA FASE DE EXECUÇÃO</b>		
Processos iniciados	82.503	80.871
Processos desarquivados	10.718	12.764
Execuções encerradas	61.812	65.638
Execuções pendentes	230.703	230.703

TST/Relatório Geral da Justiça do Trabalho 2021 e 2022

**MOVIMENTO PROCESSUAL**

	2021	2022
<b>2ª INSTÂNCIA</b>		
Processos recebidos	122.995	148.094
Processos julgados	125.861	133.539
Acervo	51.831	61.847
<b>1ª INSTÂNCIA FASE DE CONHECIMENTO</b>		
Processos recebidos	211.546	229.167
Processos julgados	217.427	248.616
Acervo	213.344	192.061
<b>1ª INSTÂNCIA FASE DE EXECUÇÃO</b>		
Processos iniciados	82.503	80.871
Processos desarquivados	10.718	12.764
Execuções encerradas	61.812	65.638
Execuções pendentes	230.703	230.703

TST/Relatório Geral da Justiça do Trabalho 2021 e 2022

“De janeiro a dezembro, foram R\$ 5,34 bilhões, quase 15% dos R\$ 38,79 bilhões destinados pelos 24 TRTs, de acordo com dados do Tribunal Superior do Trabalho. Na segunda e na terceira colocação aparecem os TRTs da 2ª (SP) e 1ª (RJ) Regiões, com R\$ 5,25 bilhões e R\$ 4,82 bilhões”.



## ANUÁRIO DA JUSTIÇA SÃO PAULO 2023 | 2024

13ª Edição

ISSN: 2179244-5

Número de páginas: 332

Versão impressa: R\$ 50, pré-venda na Livraria ConJur

Versão digital: disponível gratuitamente, a partir de 18 de março de 2024, no app “Anuário da Justiça” ou pelo site [anuario.conjur.com.br](http://anuario.conjur.com.br)

## Anunciaram nesta edição:

Abreu Sampaio Advocacia  
 Adilson Macabu e Nelson Pinto Advocacia  
 Advocacia Rubens Ferreira e Vladimir Oliveira da Silveira  
 Antonio de Pádua Soubhie Nogueira Advocacia  
 Apamagis – Associação Paulista de Magistrados  
 Areosa, Martins, Tavares Advogados  
 Arruma Alvim & Thereza Alvim Advocacia e Consultoria Jurídica  
 Ayres Britto Consultoria Jurídica e Advocacia  
 Basilio Advogados  
 Bialski Advogados Associados  
 Bottini & Tamasauskas Advogados  
 Caselli Guimarães Advogados  
 Cesa – Centro de Estudos das Sociedades de Advogados  
 D’Urso & Borges Advogados Associados  
 Décio Freire Advogados  
 Dias de Souza Advogados  
 Fernando José da Costa Advogados  
 Fidalgo Advogados  
 Fontes Tarso Ribeiro Advogados Associados  
 Fux Advogados  
 Guimarães Bastos Advogados  
 Heleno Torres Advogados  
 Hesketh Advogados  
 JBS S.A.  
 Laspro Consultores  
 Leite, Tosto e Barros Advogados  
 Lemos Jorge Advogados Associados  
 Lollato, Lopes Rangel, Ribeiro Advogados  
 Machado Meyer Advogados  
 Marsaioli & Marsaioli Advogados Associados  
 Martins, Franco e Teixeira Sociedade de Advogados  
 Mesquita Ribeiro Advogados  
 Milaré Advogados  
 Moraes Pitombo Advogados  
 Multiplan  
 Oliveira Alves Advogados  
 Oliveira Lima & Dall’Acqua Advogados  
 PX Ativos Judiciais  
 Pardo Advogados & Associados  
 PMA – Penna Marinho Advogados  
 Regis de Oliveira, Corigliano e Beneti Advogados Associados  
 RMS Advogados – Rocha, Marinho e Sales  
 Sergio Bermudes Advogados  
 Thomaz Bastos, Waisberg, Kurzweil Advogados  
 Tojal Renault Advogados  
 Warde Advogados  
 Zanetti e Paes de Barros Advogados

## PRESIDENTE

## SAMUEL HUGO LIMA

Nasceu em 31/2/1957, em Avelaneda, Argentina

**NO TRIBUNAL**  
 POSSE: 2008  
 ORIGEM: Magistratura

**ATRIBUIÇÕES**  
 » Orgão Especial

» Seção de Dissídios Coletivos

» Foi corregedor regional (2016-2018)

**CARRERA**  
 » Desembargador do TRT-15 (desde 2008)

» Juiz do Trabalho (1989-2008). Atuou em Jaboticabal, Juiz. Hortolândia e Campinas.

**CONTATO**  
 ☎ (19) 3731-1651

📧 [presidencia@trt15.jus.br](mailto:presidencia@trt15.jus.br)



## VICE-PRESIDENTE ADMINISTRATIVO

## JOSÉ OTÁVIO DE SOUZA FERREIRA

Nasceu em 28/4/1962, em Itapira (SP)

**NO TRIBUNAL**  
 POSSE: 7/6/2010  
 ORIGEM: Magistratura

**ATRIBUIÇÕES**  
 » Orgão Especial  
 » 2ª Seção de Dissídios Individuais  
 » 2ª Câmara

**CARRERA**  
 » Desembargador do TRT-15 (desde 2010)

» Juiz do Trabalho (1993-2010). Atuou em Franca e Mogi-Guaçu.

**ATIVIDADE ACADEMICA**  
 » Bacharel em Direito pela USP (1984), com especialização em Direito Processual pela USP, mestrado em Economia Social e

do Trabalho pela Unicamp

» Professor de Direito da USP-Riogrande Paulista da Faculdade de Direito de São João da Boa Vista.

**CONTATO**  
 ☎ (19) 3236-2100 Ramal 1061/1062

📧 [otavio@trt15.jus.br](mailto:otavio@trt15.jus.br)



## VICE-PRESIDENTE JUDICIAL

## JOÃO ALBERTO ALVES MACHADO

Nasceu em 1962, em São Paulo

**NO TRIBUNAL**  
 POSSE: 2010  
 APOSENTADORIA: 2037  
 ORIGEM: Magistratura

**ATRIBUIÇÕES**  
 » Orgão Especial  
 » Seção de Dissídios Coletivos  
 » 10ª Câmara

**CARRERA**  
 » Juiz do Trabalho (1990-2010). Atuou em São José do Rio Preto e Aracatuba.

**ATIVIDADE ACADEMICA**  
 » Bacharel em Direito pela USP (1985)

**CONTATO**  
 ☎ (19) 3731-1661

📧 [jjm@trt15.jus.br](mailto:jjm@trt15.jus.br)



## CORREGEDORA REGIONAL

## RITA DE CÁSSIA PENKAL BERNARDINO DE SOUZA

Nasceu em 27/7/1963, em Campinas (SP)

**NO TRIBUNAL**  
 POSSE: 8/6/2010  
 ORIGEM: Magistratura

**ATRIBUIÇÕES**  
 » Orgão Especial

» 1ª Seção de Dissídios Individuais

**CARRERA**  
 » Juiz do Trabalho (1990-2010)

**ATIVIDADE ACADEMICA**  
 » Bacharel em Direito pela PUC-Campinas

**CONTATO**  
 ☎ (19) 3236-2100 Ramal 1081

📧 [corregedora@trt15.jus.br](mailto:corregedora@trt15.jus.br)



## VICE-CORREGEDOR

## MANOEL CARLOS TOLEDO FILHO

Nasceu em 12/5/1965, em Campinas (SP)

**NO TRIBUNAL**  
 POSSE: 8/6/2010  
 ORIGEM: Magistratura

**ATRIBUIÇÕES**  
 » Orgão Especial  
 » 2ª Seção de Dissídios Individuais

» 4ª Câmara

**CARRERA**  
 » Desembargador do TRT-15 (desde 2010)

» Juiz do Trabalho (1990-2010). Atuou em São José do Rio Preto, Marília, Santa Bárbara do Oeste, Paulínia e Campinas.

**ATIVIDADE ACADEMICA**  
 » Bacharel em Direito pela PUC-Campinas

**CONTATO**  
 ☎ (19) 3236-2100 Ramal 1081

📧 [corregedor@trt15.jus.br](mailto:corregedor@trt15.jus.br)

